



TCU denuncia exclusão digital e cobra o plano de ação para classes desfavorecidas

Cerca de 20 milhões de pessoas no Brasil não têm acesso algum à internet. E estima-se que um número maior ainda tenha muita dificuldade para se conectar. Diante disso, o TCU determinou ao governo federal a criação do Plano Nacional de Inclusão Digital. A medida cobra ações que permitam ao cidadão ter acesso a conexão de qualidade, dispositivos adequados e instrução para melhor uso da internet. O Tribunal concluiu que há falhas de governança nas políticas públicas e que as ações do Estado são "insuficientes e ineficientes para combater a exclusão digital." A auditoria revelou que 12 milhões de lares brasileiros não têm acesso à internet, totalizando 20 milhões de pessoas que não usam serviços digitais. O excluído digital brasileiro pertence majoritariamente às classes D e E.



Alto custo e falta de habilidade

Os principais motivos são alto custo (55%), falta de familiaridade ou habilidade com a tecnologia (50%) e falta de interesse (49%). A fiscalização avaliou que o conjunto de políticas públicas de inclusão digital não atende aos parâmetros para a oferta de conectividade universal (conectividade para todos) e significativa (experiência on-line segura, satisfatória, enriquecedora e produtiva, a um custo acessível).

Prazos para o GTI

Entre as decisões do TCU, está a determinação para que o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encaminhe, em até 180 dias, o relatório que vai servir de base para o Plano Nacional de Inclusão Digital (PNID). E, em até 180 dias após o envio deste documento, elabore o definitivo. O TCU determinou que o Ministério das Comunicações elabore Plano. O processo é de relatoria do ministro Aroldo Cedraz.

CNI vai responder à investigação dos EUA sobre práticas comerciais do Brasil

O presidente da CNI, Ricardo Alban, destacou que a Confederação está atuando fortemente para participar dos esclarecimentos do Brasil na investigação aberta pelos EUA sobre as práticas comerciais brasileiras. O objetivo do governo norte-americano é determinar se atos, políticas e práticas relacionados ao comércio digital e serviços de pagamento eletrônico (Pix), tarifas preferenciais injustas; interferência anticorrupção; proteção da propriedade intelectual; acesso ao mercado de etanol; e desmatamento ilegal são discriminatórios e se oneram ou restringem o comércio dos EUA. "Estaremos ajudando a responder todos os pontos, menos sobre meio de pagamento e questão anticorrupção por não estar no nosso meio de atuação", explicou Alban.

Divulgação



E sobre as questões internas ...

O presidente da CNI, ao criticar o corte de subsídios governamentais ao setor produtivo de forma linear, defende a reforma administrativa urgente e o corte de gastos em todos os Poderes. "O exemplo tem que vir de cima. Por que, então, não chamar o Executivo, Judiciário e Legislativo e todos a contribuírem para o equilíbrio fiscal do país cortando em 10% seus gastos?", provocou em entrevista, ao programa *Roda Viva*.

Apoio a 2,5 mil agroindústrias de pequeno porte no país

Acordo de cooperação técnica será assinado hoje em Brasília, pelo presidente do Sebrae, Décio Lima, e pelo ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro. A parceria busca alcançar quase 2,5 mil agroindústrias de pequeno porte e aumentar em 12% no faturamento. A iniciativa quer habilitar a comercialização dos produtos de origem animal em todo território.



Selo Arte

Uma das metas é fortalecer o certificado de identidade, como produto artesanal, para produtos alimentícios, também conhecido como Selo Arte. O objetivo é permitir que quase milhares de estabelecimentos do país tenham a documentação que permita a comercialização nacional dos produtos de origem animal.

TRE-DF abre processo seletivo de estágio

O Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) está com inscrições abertas até 12 de agosto para o Processo Seletivo de Estágio nº 01/2025. A seleção é destinada a estudantes do ensino médio e superior, com atuação presencial na sede do tribunal, em Brasília. Os interessados devem se inscrever gratuitamente pelo site da Super Estágios (www.superestagios.com.br). As vagas contemplam mais de 25 cursos, entre eles Direito, Administração, Comunicação Social, Arquitetura, Enfermagem, Informática, Contabilidade e Pedagogia.

Auxílio financeiro

O estágio tem jornada de 20 horas semanais, no período vespertino. Os estagiários receberão bolsa auxílio de R\$ 535,00 (ensino médio) e R\$ 820,00 (ensino superior), além de R\$ 11,00 por dia estagiado como auxílio-transporte.

Etapas

A seleção será realizada em duas etapas: prova on-line, em 18 e 19 de agosto, e análise curricular, entre 5 e 15 de setembro. O resultado final será divulgado em 1º de outubro, com início das atividades previsto ainda para o mesmo mês.

Evaristo Sá/APP



Aposta no Lula negociador

O presidente da Fibra, Jamal Bittar, acredita no poder de negociação do presidente Lula em meio ao tarifaço de Trump. Mas fez uma ressalva: que ele tem que deixar um pouco de lado os arroubos e resgatar o perfil de suas outras gestões. "O presidente Lula tem grande capacidade de negociação, é inteligente, carismático. Só deixar um pouco de lado os arroubos", comentou Jamal, em entrevista, ontem, ao *CB.Poder*. Ele elogiou muito a atuação do vice-presidente, Geraldo Alckmin, na condução das negociações com os EUA.

Brasileiros elogiam e norte-americanos xingam

No perfil de Instagram do presidente Donald Trump, os comentários em português dos brasileiros são elogiosos, dizendo que ele é o melhor presidente do mundo, que está salvando o Brasil. Já os comentários dos próprios americanos, que estão em inglês, o criticam, xingam e o relacionam a escândalos sexuais.

Reprodução Redes sociais



» Entrevista | JAMAL BITTAR | PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL (FIBRA)

Ao *CB.Poder*, o vice-presidente executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) destacou que as novas tarifas impostas pelos Estados Unidos têm forte motivação política e podem afetar diretamente as exportações do DF

Cenário incerto e inseguro

» VITÓRIA TORRES*

O presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal (Fibra) e vice-presidente executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Jamal Bittar, foi o entrevistado do programa *CB.Poder* — parceria entre o *Correio Braziliense* e a *TV Brasília* —, ontem. As jornalistas Ana Maria Campos e Samanta Sallum, ele destacou que as novas tarifas impostas pelos Estados Unidos, o tarifaço de Trump, têm forte motivação política e podem afetar diretamente as exportações do Distrito Federal para o mercado americano. Bittar explicou sobre os impactos esperados para os empresários do DF, e os riscos de uma escalada diplomática com possíveis medidas de reciprocidade. Para ele, o momento exige cautela, mas também firmeza na defesa do setor produtivo brasileiro.

Como está a situação diante do tarifaço que entrará em vigor?

Não é preciso nem destacar o quanto esse tarifaço é importante para o setor industrial brasileiro. O que tem prevalecido, infelizmente, é a incerteza e a insegurança. Não temos ainda o jogo claramente definido. O relacionamento histórico que sempre defendemos, os mais de 200 anos de relações comerciais entre Brasil e Estados Unidos, não estão sendo considerados neste momento. As decisões tomadas têm sido muito personalistas, carregadas de um contexto político bastante indesejável para esse tipo de questão.

Os empresários percebem que a decisão do presidente Trump tem motivação política mais do que econômica?

Sem dúvida. A percepção é clara e, inclusive, foi manifestada pelo próprio presidente americano. A carta que ele enviou tem um teor absolutamente político, embora também represente um ataque direto à economia. O impacto econômico é muito relevante. É uma ação política disfarçada, camuflada sob argumentos econômicos. Tudo está muito contaminado por ideologia.

A prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro pode afetar essa relação?

Sim, é possível. Até o momento, não houve nenhum gesto mais explícito de retaliação adicional, mas isso pode acontecer a qualquer momento. O governo federal, especialmente por meio do vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin, tem atuado de forma adequada. Empresários brasileiros que mantêm relações com parceiros americanos têm tentado preservar esses laços comerciais, porque há uma complementaridade real entre nossos produtos e a cadeia produtiva dos EUA. Não estamos falando apenas de produtos finais, mas de insumos importantes para a manufatura americana. Se a motivação política continuar a prevalecer, não podemos descartar retaliações. Ainda assim, esperamos que o bom senso prevaleça.

Em relação ao Distrito Federal, o tarifaço afeta 90% das exportações locais para os EUA. Como avalia esse impacto?

Embora o volume das exporta-

ções do DF para os EUA seja pequeno, nós estamos falando de um negócio de US\$ 8 milhões. Você atinge empresas que precisam muito do mercado americano. Algumas delas têm mais da metade de seu faturamento dependente desse mercado. Eu defendo sempre que, se atinge um, atinge muita gente. Não pode desqualificar nem minimizar questões que atingem uma só empresa ou duas. A federação está à disposição desses empresários. Não fomos procurados ainda, exceto algumas abordagens. Isso se deve à indefinição atual. As negociações vão definir o grau de dificuldade. Estamos falando desse terremoto como se tivesse existido há um ano. É algo que surgiu há apenas 15 dias. Não houve tempo ainda sequer para quantificar com exatidão. O cenário é incerto. Pode haver revisão.

Quais são os principais produtos exportados do DF para os EUA?

Temos alguns alimentos e produtos derivados da indústria alimentícia que são enviados para



Aponte a câmera do celular e escaneie o QRCode para assistir ao *CB.Poder*

O DF passaria a importar de outros países?

Com certeza. Não é nem um pouco desprezível US\$ 300 milhões de exportação. E, naturalmente, se esse preço, em uma aplicação de reciprocidade, ficar desequilibrado, é natural procurar outros mercados. O DF é um grande importador.

O senhor acredita que o Brasil deve adotar alguma forma de retaliação?

A palavra retaliação está sendo evitada em todos os ambientes. Não sei se politicamente seria o adequado. Eu, particularmente, acredito que quanto menos se provocar alguém tão instável e complexo como o presidente americano, melhor. Prefiro chamar de política de reciprocidade, e não de retaliação. É uma forma de equilibrar a relação comercial e, principalmente, proteger o consumidor brasileiro.

*Estagiária sob a supervisão de Patrick Selvatti

Carlos Vieira/CB/DA.Press

